

1 ATA DA 52ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL 2 DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

3 Aos quatorze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, em ambiente web,
4 por meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30, compareceram na Plenária do
5 Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros:
6 **representantes da sociedade civil:** Fabrício Bogas Gastaldi representante titular
7 (Acontece Arte e Política LGBT+), Ana Ludvig, representante titular (Centro de
8 Direitos Humanos de Brusque), Rafaela Kohler representante suplente (Centro de
9 Direitos Humanos de Brusque), Maria del Carmen, representante titular (Instituto
10 Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-
11 UFSC), Ricardo Maes, representante suplente (Central Única dos Trabalhadores -
12 CUT-SC), Isadora Conversano, representante titular (Cáritas Brasileira), Valdete
13 Daufemback, representante suplente (CDH Maria da Graça Braz), Celina Rinaldi,
14 representante titular (Instituto Gentes de Direitos – IGENDES), Maria Lúcia Haygert,
15 representante suplente (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade
16 Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC) e **representantes governamentais:**
17 Fabiana de Souza (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SDS),
18 Ludmila Malta (Secretaria de Estado da Saúde – SES), Cláudio Márcio Araújo da
19 Gama (Secretaria da Casa Civil – SCC), Fernanda Zimmermann (Secretaria de
20 Estado da Educação – SED), Luciano Carmo (Secretaria de Estado da Fazenda –
21 SEF), Fabiana Lopes Ribeiro (Secretaria de Estado do Desenvolvimento
22 Econômico e Sustentável – SDE) e **como convidada:** a senhora Regina Suenes,
23 gerente de Políticas para Igualdades Racial e Imigrantes da Secretaria de Estado
24 do Desenvolvimento Social (GEIRI). A **plenária é aberta (1)** pelo presidente
25 Fabrício Gastaldi que se apresentou fazendo sua autodescrição, agradeceu a
26 presença de todos, e informou o motivo da ausência de profissional intérprete de
27 libras. O presidente iniciou a plenária lamentando as 600.000 (seiscentas mil)
28 mortes e se solidarizando com essas famílias. Outro ponto mencionado pelo
29 Fabrício (Acontece) foi referente à emergência climática não somente no estado,
30 mas no mundo, e comentou que diversas cidades de Santa Catarina estariam
31 decretando estado de emergência em virtude das fortes chuvas. Concluiu seu
32 relato, lembrando do aumento de registros de violência contra as mulheres no
33 estado. Após feito o **levantamento de quórum (2)** o presidente fez a **leitura da**
34 **ordem do dia (3)** para aprovação e/ou considerações. A conselheira Maria Lúcia
35 (IMDH-UFSC) sugeriu que as denúncias e os assuntos que dizem respeito às
36 Comissões fossem encaminhados a estas e, posteriormente discutidas em
37 plenária, inclusive em virtude do sigilo, uma vez que as plenárias têm caráter
38 público e são transmitidas ao vivo. Reiterou seu relato dizendo que após análise
39 aprofundada por parte da Comissão, esta apresentaria seu parecer ao pleno para
40 aprovação. A conselheira Maria del Carmen (IMDH-UFSC) corroborou a colocação
41 de sua suplente a senhora Maria Lúcia (IMDH-UFSC) quando expôs que diante
42 daquele fluxo proposto as deliberações por parte do pleno estariam
43 fundamentadas. A conselheira sugeriu que fossem evitadas as deliberações por
44 meio de aplicativo de WhatsApp, pois, a seu ver, esta não seria a forma mais
45 adequada de se deliberar. Dando continuidade a Secretária fez comunicado acerca
46 das **justificativas de ausências (4)** apresentadas pelos/as conselheiros/as:
47 Juliana Coelho de Campos (Secretaria de Estado de Administração Prisional e
48 Socioeducativa – SAP), Elias Romão (Instituto do Meio Ambiente – IMA), Daiane
49 Possamai (Instituto Catarinense de Juventude - ICJ) e seu suplente, Vera Lúcia
50 Vargas (Fórum de Mulheres do Mercosul – FMM), Nasser Haidar (CDH Maria da
51 Graça Braz) e Lucilene Binsfeld (Central Única dos Trabalhadores – CUT-SC),
52 sendo que estes dois últimos estavam presentes os seus respectivos suplentes.
53 Aprovadas as justificativas ficou deliberado quanto à **aprovação das atas**

54 **pendentes (6)** que estas fossem aprovadas na próxima plenária, uma vez que nem
55 todos haviam lido ambas. Dando prosseguimento foi iniciado o **ponto (5),**
56 **devolutivas das ações da última plenária.** Fabrício (Acontece) informou os
57 encaminhamentos feitos referentes: a denúncia de violência com relação ao
58 presídio de Caçador, as pessoas imigrantes, a violência contra os movimentos
59 populares, a empresa frigorífica (BRF) e o pedido de audiência pública para discutir
60 o projeto de lei complementar nº 009.5/2021. O presidente pediu para que as
61 devolutivas fossem compartilhadas no grupo a medida que estas fossem recebidas.
62 A Secretária informou acerca da resposta da Ouvidoria-Geral do Estado que já
63 estava ciente e a disposição. Por fim, comentou que no drive do Conselho estaria
64 à disposição pasta contendo planilha com todos os dados referentes aos
65 encaminhamentos realizados. Dando prosseguimento a reunião, foi introduzido o
66 **ponto (7) Participação da gerente de Políticas para Igualdade Racial e**
67 **Imigrantes para discutir questões relacionadas aos imigrantes.** A senhora
68 Regina Suenes, gerente de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes (GEIRI)
69 cumprimentou todos os presentes e agradeceu o convite. A gerente fez um breve
70 relato acerca da recente criação de sua gerência a partir da Reforma Administrativa
71 de 2019 e seu trabalho. A senhora Regina Suenes (GEIRI) ressaltou a importância
72 de uma aproximação com os conselhos e informou a existência de um grupo de
73 trabalho (GT) que abrange todas as regiões de Santa Catarina, com diversas
74 representações, inclusive uma representante do CEDH. A partir desse relato a
75 gerente comentou acerca da possibilidade de se estruturar *algo* em conjunto.
76 Regina Suenes (GEIRI) comentou acerca da situação gravíssima em relação a
77 migração e documentação. A gerente afirmou que este seria um trabalho imenso e
78 pediu ajuda do CEDH. Contextualizou acerca da situação e distribuição migratória
79 em SC e da existência de leis federais e estaduais, porém com pouca
80 materialização, sendo este um dos pontos discutidos no GT. Regina Suenes
81 (GEIRI) explicou que com a chegada dos imigrantes em SC, começaram a chegar
82 na Diretoria de Direitos Humanos uma série de situações em relação,
83 principalmente ao racismo, documentação, imigrantes em situação de rua, entre
84 outros. A gerente indagou acerca da solicitação de multirão à Polícia Federal. O
85 presidente Fabrício (Acontece) respondeu que foi encaminhada Recomendação a
86 Polícia Federal, porém ainda sem devolutiva ao CEDH quanto a continuidade dos
87 serviços. Complementou seu relato mencionando a reunião com o Secretário da
88 SDS, senhor Claudinei Marques e a diretora Larissa Crepaldi, e esta, havia
89 informado estar sendo feito esforço conjunto para que o governo do estado cedesse
90 estagiários para ajudar nessa força-tarefa até o final do ano. A gerente comentou
91 que a Polícia Federal participa do GT, foi discutida a possibilidade de ser criado um
92 multirão, porém, não possuem recursos humanos em todas as suas unidades.
93 Regina Suenes (GEIRI) comentou que não se conseguiu alinhar essa proposta por
94 conta de questões burocráticas, mas que precisava ser materializada. A gerente
95 sugeriu deixar *algo* preparado para o próximo ano. Fabrício (Acontece) mencionou
96 a importância de reforçar pedido: a Polícia Federal e a SDS e, indagou a gerente a
97 respeito do Centro de Referência de Assistência aos Imigrantes (CRAI), se teria
98 previsão de reabertura, previsão de orçamento para o próximo ano. Regina Suenes
99 (GEIRI) iniciou seu relato explicando que os recursos destinados aos CRAIs seriam
100 provenientes do Ministério da Justiça sendo de competência do estado apenas a
101 gestão daqueles. Posteriormente, o estado transferiu sua competência para uma
102 Organização Não Governamental (ONG) pertencente a igreja, denominada Ação
103 Social Arquidiocesana (ASA) e funcionava num espaço que pertencia ao estado.
104 De acordo com a gerente apesar de ter sido um trabalho importante a seu ver
105 faltavam alguns alinhamentos no espaço. A gerente expôs que houve alguns
106 aditivos e o governo federal acabou encerrando o contrato, mas também o estado
107 não deu continuidade às atividades. Regina Suenes (GEIRI) comentou que estão
108 sendo pensadas estratégias, sem invalidar o trabalho dos Centros de Referência

109 de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência
110 Social (CREAS), área da saúde, educação, salientando a importância da
111 intersectorialidade. Dando continuidade o conselheiro Cláudio Gama (SCC) informou
112 que a defensoria havia conseguido liminar emitida pelo desembargador Carlos
113 Adilson Silva para os imigrantes que precisam traduzir o histórico escolar, por meio
114 de tradutor juramentado. A gerente mencionou a necessidade de ser feito
115 diagnóstico das dificuldades dos municípios elencando as principais dificuldades a
116 serem enfrentadas, como por exemplo: a barreira com a língua, os problemas
117 raciais, exploração do trabalho nas agroindústrias de SC, articulação com a rede e
118 formação com os técnicos, enfatizando a questão da documentação. Finalizou seu
119 relato sugerindo ser feito trabalho conjunto entre o CEDH e a gerência (GEIRI). A
120 conselheira Isadora (Cáritas) se pronunciou informando que já estaria participando
121 desse GT que a gerente mencionou e se colocou a disposição para estar fazendo
122 essa mediação. A conselheira Maria Lúcia (IMDH-UFSC) questionou a gerente
123 Regina Suenes acerca dos recursos do Ministério da Justiça destinados aos
124 imigrantes que seriam devolvidos na gestão anterior. A conselheira explicou que os
125 recursos seriam destinados para a construção dos CRAIs e de Casa de Passagem,
126 porém o dinheiro desta última teria sido devolvido sem a sua implementação. A
127 senhora Maria Lúcia (IMDH-UFSC) perguntou se o atual governo verificou se o
128 Ministério da Justiça ainda teria essa verba destinada aos imigrantes para reativar
129 os CRAIs. A gerente Regina Suenes (GEIRI) informou que estava em interlocução
130 com o Ministério da Justiça com previsão de reunião para a próxima semana.
131 Continuou seu relato explicando que existe uma lei estadual quanto à questão,
132 porém, não há unidade orçamentária para a política, sugeriu então que no
133 documento fosse solicitado. A conselheira Maria del Carmen (IMDH) questionou se
134 seria agenda única para os refugiados e imigrantes, pois caso fosse deveria ser
135 dado prioridade aos refugiados. Outra questão levantada pela conselheira seria
136 quanto aos intérpretes de libras no momento da documentação devido à dificuldade
137 na comunicação. A conselheira Isadora Conversano (Cáritas) respondeu que a
138 agenda seria única no Brasil tanto para imigrantes que pedem residência
139 temporária ou por tempo indeterminado, ou protocolo de solicitação de refúgio
140 reconhecido. Incluiu, ainda neste rol, as pessoas indocumentadas que entraram
141 pela fronteira - fechada em virtude da pandemia - também impossibilitadas de
142 regularizar sua situação. Quanto ao intérprete de libras relatou não ter tido essa
143 experiência no atendimento na Polícia Federal, pois não seria permitida a entrada
144 daqueles. A conselheira explicou que alguns membros da equipe que falam:
145 espanhol e francês auxiliam na organização dos documentos e, complementou
146 dizendo que a própria Polícia Federal explicou que muitas vezes o atraso no
147 atendimento ocorre em virtude da apresentação de documentação incompleta, fato
148 também relatado pelos técnicos dos CRAS. Isadora Conversano (Cáritas)
149 mencionou que, devido às constantes mudanças das portarias e dos detalhes em
150 cada legislação, de acordo com a nacionalidade, conseqüentemente os técnicos
151 não possuem as informações precisas e os imigrantes acabam perdendo o
152 atendimento. A gerente Regina Suenes (GEIRI) relatou que estava sendo discutido
153 no GT em organizar os documentos com o ajuda dos estagiários para entregar a
154 Polícia Federal e, na distribuição regionalizada dos espaços de atendimento dos
155 CRAIs. A gerente comentou que não há no quadro do servidor do estado, o
156 profissional intérprete de libras. **Encaminhamento: Enviar Recomendação ao**
157 **governo do estado solicitando a reabertura do CRAI, a criação de força-tarefa**
158 **em questão a documentação, orçamento para a política e a implantação das**
159 **Casas de Passagens.** Dando prosseguimento a reunião foi iniciado o **ponto (8)**
160 **Organização das Comissões e apresentação dos planos de trabalho.** A
161 primeira Comissão a apresentar o seu plano de trabalho foi a Comissão
162 Permanente de Políticas Públicas. A apresentação foi feita por sua coordenadora a
163 senhora Maria Lúcia (IMDH-UFSC). O plano foi dividido em dois temas: **Políticas**

164 **Públicas e Formação.** O tema **Políticas Públicas** foi dividido em duas propostas:
165 1) levantamento de todas as entidades que trabalham com Direitos Humanos em
166 SC e 2) levantamento das políticas públicas que existem no estado e nos
167 municípios. Quanto ao tema **Formação:** 1) Construir um plano de Direitos
168 Humanos no estado, com previsão de realização de Conferências Regionais para
169 o primeiro semestre do próximo ano, culminando com uma Conferência Estadual
170 em 10 de dezembro de 2021, 2) Formação interna dos conselheiros, 3) Formação
171 sobre como funciona os Conselhos, 4) Utilizar as redes sociais do Conselho para
172 trabalhar os Direitos Humanos. A conselheira Maria del Carmen (IMDH) como
173 coordenadora da *Comissão de Legislação e Normas*, iniciou apresentação das 3
174 (três) ações: 1) Acompanhar e monitorar de forma continuada as atividades
175 legislativas atinentes aos direitos humanos, produzidas pela ALESC, Governo do
176 estado, Administrações municipais de SC, Ministério Público, etc. com o auxílio da
177 Comissão de DH da ALESC e da OAB, além da colaboração dos (as) demais
178 conselheiros (as); 2) Realizar um levantamento junto às Comissões do CEDH-SC
179 sobre as necessidades de regulamentação de matérias específicas não
180 contempladas pelo Regimento Interno, a fim de elaborar essas normativas; 3)
181 Elaborar uma minuta de regimento interno para a Conferência Estadual de Direitos
182 Humanos visando a chamada da mesma pelo governo de SC e 4) Realizar uma
183 capacitação sobre a Lei Geral de Proteção de Dados a fim de elaborar as diretrizes
184 sobre o assunto em subsídio da atuação do CEDH-SC. **Encaminhamento: As**
185 **demais comissões apresentarão seus planos de trabalho na próxima plenária**
186 **dia 11 de novembro.** Dando continuidade a reunião foi introduzido o **ponto (9) de**
187 **pauta** acerca da **ocupação Anita Garibaldi**. A conselheira Celina (IGENTES)
188 iniciou seu relato explicando que o juiz havia determinado o despejo, nesta data,
189 de mais de 100 (cem) famílias da ocupação Anita Garibaldi, localizado na região
190 continental de Florianópolis. O prédio, de acordo com a conselheira, pertence ao
191 governo do estado, está desocupado e sem função social. Prosseguiu seu relato
192 mencionado haver uma legislação federal, resultado do Movimento *Despejo Zero*,
193 que proíbe os despejos até 31 de dezembro do ano corrente, assim como a
194 suspensão do andamento processual. Como a ocupação foi recente o juiz entendeu
195 que não se aplicava a lei, que, de acordo com a conselheira Celina (IGENTES) foi
196 conseguido no Congresso Nacional, ocupações até 1 (um) ano após a pandemia.
197 A conselheira salientou a importância de serem preservados os Direitos Humanos
198 mesmo com essa determinação jurídica. Concluiu sua narrativa, dizendo que além
199 das questões jurídicas, o grupo de apoio a ocupação e o grupo jurídico que atua de
200 forma *pro bono* solicitou ao CEDH uma Recomendação, no sentido de não
201 desocupação enquanto permanecer a pandemia e enquanto não tiver um destino
202 digno essas famílias. A solicitação veio com caráter de urgência devido à iminência
203 do despejo. A conselheira Celina (IGENTES) sugeriu juntar documento
204 (Recomendação) ao processo pedindo uma reconsideração ao juiz.
205 **Encaminhamento: Elaborar recomendação acerca do tema ao Comando-**
206 **Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), ao governo**
207 **do estado de SC e a Gerência de Gestão de Imóveis da SEA.** Dando
208 continuidade, foi dado início ao **ponto (10) da pauta, informe acerca de pedido**
209 **de audiência pública na Assembleia Legislativa de Santa Catarina quanto ao**
210 **PLC nº 009.5/2021 que extingue cargos do Poder Judiciário.** O conselheiro
211 Ricardo Maes (CUT-SC) que está mais a frente do tema, expôs que o projeto de lei
212 estava parado por quase 3(três) meses com vistas para o deputado Marcos Vieira
213 (ALESC) na Comissão de Finanças. Ainda de acordo com Maes, o deputado havia
214 feito uma adequação pela inconstitucionalidade porque o projeto apresentava uma
215 transposição de cargos sendo então extintos os cargos de Comissário da Infância
216 e não mais transformados. O conselheiro explicou que houve alteração apenas na
217 forma, pois, o mérito continuou o mesmo, que, no caso seria: a retirada de
218 atribuições, o desfazimento da malha, a retirada dos agentes do sistema de

219 garantias e as atribuições seriam mantidas até enquanto àqueles cargos
220 existissem. Maes (CUT-SC) explicou que o deputado Marcos Vieira apresentou
221 substitutivo global e foi dado vista coletiva na Comissão, há aproximadamente 2
222 (duas) semanas, e; na semana passada houve um pedido de diligência por parte
223 de um deputado, o qual o conselheiro não se recordava o nome, ao tribunal, mas,
224 se tratava apenas de questão orçamentária. Finalizou dizendo que o presidente
225 Fabrício (Acontece) havia conversado com a assessoria da deputada Luciane
226 Carminatti e; tanto essa quanto a assessoria do deputado Fabiano da Luz, a
227 princípio, apresentaram que, chegando na Comissão de trabalho, ambos iriam
228 propor a realização de uma audiência pública. A Secretária do Conselho comunicou
229 que o ofício CEDH nº 037/2021, elaborado com o auxílio do conselheiro Ricardo
230 Maes (CUT-SC), havia sido enviado para a deputada Marlene Fengler, o deputado
231 Marcos Vieira, a Secretaria-Geral da ALESC e para a Comissão da Criança e
232 Adolescente da ALESC. A conselheira Maria Lúcia (IMDH) indagou ao presidente
233 se havia sido feita uma tentativa de articulação com o Conselho da Criança e
234 Adolescente e da Assistência Social. Fabrício (Acontece) comentou que há dois
235 meses foi feita uma conversa porém não fluiu. Maes (CUT-SC) disse que em julho
236 a Associação Catarinense dos Conselhos Tutelares (ACCT) havia se posicionado
237 ao contrário porque boa parte das atribuições retiradas da competência do
238 Judiciário, de acordo com seus pareceres internos, seriam delegadas aos
239 Conselhos Tutelares. O conselheiro sugeriu conversar com a Curadoria da Infância
240 e Juventude do Ministério Público, que estaria incluso neste rol de atribuições do
241 judiciário, que seriam transferidas, uma parte ao MP. Citou o procurador Botega. A
242 conselheira Maria Lúcia (IMDH) reiterou sua fala anterior, para que se faça uma
243 tentativa de articulação entre os conselhos de direitos envolvidos. O conselheiro
244 Cláudio Gama (SCC) concordou, porém, alertou para que o CEDH não ficasse na
245 dependência dos demais para agir. Maes (CUT-SC) relatou ter feito uma tentativa
246 de articulação, provocando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e
247 Adolescente (CEDCA), a ACCT e demais entidades, para participarem da reunião
248 na ALESC, porém não fluiu. Apenas alguns participaram. A Secretária do Conselho
249 pediu para fazer uso da palavra e mencionou que no mês de julho, havia sido
250 oficializado pedido ao Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e CEDCA,
251 via SGPe, propondo uma reunião conjunta entre os Conselhos. Porém em conversa
252 informal entre as Secretarias do Conselho, foi questionada a data, e uma
253 conselheira do CEAS, havia se colocado à disposição para uma conversa. A
254 secretária então sugeriu reforçar o pedido com uma previsão de data. Na
255 sequência, a professora Maria del Camen (IMDH) lembrou os ataques e
256 desmantelamento dos conselhos que acontecem há alguns anos e, que este fato
257 sirva para o fortalecimento dos Conselhos. A conselheira mencionou ser o objetivo
258 deste ponto, conhecer a posição/leitura daqueles que trabalham na área sobre o
259 assunto, uma vez que as perspectivas são diferentes. O presidente Fabrício
260 (Acontece) solicitou ser feito levantamento de todos os Conselhos do estado com
261 suas respectivas presidências para contato direto. Pediu a Secretária do CEDH
262 para conseguir o contato das presidências do CEAS e CEDCA. A conselheira Maria
263 Lúcia (IMDH) sugeriu reforçar pedido de reunião conjunta entre os conselhos com
264 previsão de data e horário. Propôs ainda designar algum/a conselheiro/a para ficar
265 responsável por contatos institucionais. O conselheiro Cláudio (SCC) lembrou da
266 Comissão de Comunicação. **Encaminhamento: A secretária do Conselho ficou**
267 **incumbida de conseguir os contatos do presidente do CEAS e da**
268 **coordenadora do CEDCA para que o conselheiro Ricardo Maes faça contato**
269 **direto. Reforçar pedido de reunião conjunta aos conselhos supracitados com**
270 **previsão de data e horário.** Na sequência foi introduzido o último **ponto de pauta**
271 **(10) Informes: reunião Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da**
272 **População em situação de rua – CIAMP, reunião Comissão de Direitos**
273 **Humanos na ALESC e reunião com o Secretário Claudinei Marques (SDS). A**

274 conselheira Fabiana de Souza (SDS) comunicou ter sido feita mais uma reunião do
275 Grupo de Trabalho (GT) criado para tratar sobre a minuta do Decreto, para instruir
276 a Política Estadual da população em situação de rua e a instituição do Comitê e
277 também uma minuta de projeto de lei. A conselheira explicou que o GT deliberou
278 tramitar 2 (dois) documentos: minuta de projeto de lei e minuta de Decreto) uma
279 vez que, a partir das considerações da defensora Ana Paula, se chegou ao
280 entendimento que seria melhor tratar esse tema por meio de um Decreto. Fabiana
281 de Souza (SDS) comunicou que foi tramitado a Consultoria jurídica da pasta em 1º
282 de outubro, porém o processo havia retornado para ser totalmente digitalizado, uma
283 vez que, teve sua origem no início do ano de 2019 onde os documentos ainda eram
284 físicos. Quanto ao informe da **reunião na ALESC** para tratar sobre os casos de
285 denúncia recebida na unidades prisional de Caçador. O presidente relatou que a
286 reunião não teria sido muito proveitosa porque houve alguns *entraves*. Fabrício
287 Bogas (Acontece) informou que a reunião teria sido reagendada, e que
288 posteriormente a ALESC iria entrar em contato. O presidente mencionou que foi
289 solicitado a participação de demais entidades como: a Comissão de Violência
290 contra mulher, técnicos e responsáveis pela SAP, o Ministério Público, a Ouvidoria,
291 a Defensoria e, além disso, a deputada, na época da denúncia, estava ocupando o
292 cargo de Secretária da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, atual SAP. A
293 secretária do conselho explicou que havia chegado ao CEDH e ao gabinete da
294 deputada Ada, um pedido de reagendamento da reunião acima, pelo Secretário
295 Leandro Lima, que justificou sua ausência. A Secretaria explicou que a técnica da
296 SAP e conselheira do CEDH, Juliana Coelho de Campos estava presente na
297 reunião. A conselheira Maria Lúcia (IMDH) reforçou que deveria ser feita articulação
298 com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) e no geral serem feitas
299 articulações político-institucional. Finalizando a reunião, foi feito informe pelo
300 presidente acerca da reunião com o Secretário Claudinei Marques (SDS). Segundo
301 Fabrício (Acontece) foram tratados os seguintes pontos: realização das
302 Conferências de D.H no estado e a Criação do Plano Estadual. O presidente
303 comentou que o Secretário se mostrou receptivo e se comprometeu com as pautas,
304 deixando a diretora Larissa Crepaldi (DIDH) à disposição. Fabrício Bogas
305 (Acontece) propôs que o CEDH agende reunião com a diretora antes do final deste
306 ano para definir agenda e organização. A Secretária do Conselho fez um último
307 informe quanto aos profissionais intérpretes de libras, solicitando retorno deste
308 Conselho até o dia **20 de outubro** quanto a estimativa de horas do serviço
309 necessárias para o próximo ano. Fabrício (Acontece) agradeceu a presença
310 de todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela Brandão da Silveira
311 Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Fabrício, presidente do CEDH/SC
312 assinamos.